

HANS MAGNUS ENZENSBERGER

GUERRA CIVIL

Tradução de "Visões da guerra civil":
MARCOS BRANDA LACERDA

Tradução de "A Europa em ruínas"
e "A grande migração":
SERGIO FLAKSMAN

1ª reimpressão


COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1993 by Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main
Copyright © 1990, 1992, 1993 by Hans Magnus Enzensberger

Títulos originais:
Aussichten auf den Bürgerkrieg
Europa in ruinen
Die grosse Wanderung

Capa:
João Baptista da Costa Aguiar

Preparação:
Márcia Copola

Revisão:
Beatriz de Cássia Mendes
Carmen S. da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Enzensberger, Hans Magnus, 1929-
Guerra civil / Hans Magnus Enzensberger; tradução
Marcos Branda Lacerda e Sergio Flaksman — São Paulo :
Companhia das Letras, 1995.

Títulos originais: *Aussichten auf den Bürgerkrieg*; *Eu-
ropa in ruinen*; *Die grosse Wanderung*.
ISBN 85-7164-456-X

1. Guerra civil I. Título.

95-1614

CDD-303,64

Índice para catálogo sistemático:
1. Guerra Civil : Sociologia 303,64

2002

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3167-0801
Fax: (11) 3167-0814
www.companhiadasletras.com.br

Visões da guerra civil 7

A Europa em ruínas 69

A grande migração 95

VISÕES DA GUERRA CIVIL

Somente os bárbaros podem se defender.

Nietzsche

*EXCEÇÃO MONSTRUOSA,
REGRA MONSTRUOSA*

Os animais lutam, mas não fazem guerra. O homem é o único primata que planeja o extermínio dentro de sua própria espécie e o executa entusiasticamente e em grandes dimensões. A guerra é uma de suas invenções mais importantes; a capacidade de estabelecer acordos de paz é provavelmente uma conquista posterior. As mais antigas tradições da humanidade, seus mitos e lendas heróicas, falam sobretudo da morte e do ato de matar. A luta travada em maior proximidade física não se devia apenas à simplicidade da técnica de construção de armas. Tratava-se também da maior satisfação psíquica obtida em extravasar o ódio naqueles que se conhecem, nos vizinhos. Desta forma, a guerra civil não seria apenas uma antiga tradição, mas a forma original de todos os conflitos coletivos. Já se passaram 2500 anos desde que ela encontrou sua clássica representação literária na insuperável história da guerra do Peloponeso.

Por outro lado, a guerra "cultivada" entre nações, travada contra um Estado externo inimigo, é uma derivação relativamente tardia. Ela pressupõe a existência de uma casta profissional de guerreiros, a formação de exércitos fixos e a distinção entre militar e civil. Ela também conduz à formação de complicados rituais, desde a declaração de guerra até a capitulação. No século XIX a carnificina passou

por uma racionalização: por um lado foi expandida mediante a introdução generalizada do serviço militar obrigatório e o desenvolvimento tecnológico; por outro, os Estados buscaram submeter suas guerras a regulamentações de ordem do direito internacional, fixadas por escrito pela primeira vez em 1907 na Segunda Convenção de Haia. A guerra civil torna-se sob esta perspectiva a exceção à regra, uma forma irregular de conflito. Clausewitz ignora-a completamente em seu manual da arte da guerra. Até hoje inexistem qualquer teoria útil sobre a guerra civil.

A confusa realidade extrapola não apenas as definições dos juristas. Também os planejamentos do generalato fracassam diante de uma nova desordem mundial gerada pelo impacto da guerra civil. Com ela, cria-se uma situação antes desconhecida, cujo enfrentamento se choca frontalmente com o atavismo das concepções predominantes. Antigas questões da antropologia são colocadas sob nova luz. O que é mais estranho: matar gente conhecida ou aniquilar um inimigo de quem não se tem nenhuma idéia, nem mesmo falsa? Para as tripulações dos bombardeiros da Segunda Guerra Mundial o inimigo não passava de uma abstração; as equipes militares de hoje, hermeticamente isoladas em posições subterrâneas, em alerta permanente e à espera de uma voz de comando, são insensíveis à mínima percepção dos efeitos desencadeados por um eventual apertar de botões — uma situação tão perversa que faz parecer normal a mais absurda das guerras civis. É provável que se trate não de exceção, mas de regra, o que leva o homem a exterminar o que odeia. Esse papel é representado habitualmente pelo rival no próprio território. Há uma correlação não esclarecida entre o ódio ao próximo e o ódio ao desconhecido. O outro desprezado é originalmente o vizinho. Apenas com a formação de coletividades maiores declara-se como inimigo o desconhecido além da fronteira.

VELHAS DÍVIDAS,
NOVAS MASSAS

Com o fim da Guerra Fria, assistimos também ao fim do idílio poderosamente protegido das nações ocidentais. O equilíbrio aflitivo proporcionado pela *pax atomica* não existe mais. Até 1989, duas inconciliáveis superpotências nucleares opunham-se frontalmente, e a Alemanha dividida era o ponto de confluência dessa confrontação. As angústias criadas por essa frágil situação já estão meio esquecidas. Em seu lugar surgiram outras. O sinal mais visível do fim da ordem mundial bipolar são as cerca de quarenta guerras civis declaradas atualmente em curso em todo o mundo. Nem mesmo é possível precisar seu número, já que o caos não se deixa quantificar. Tudo indica que no futuro esses conflitos tendem a multiplicar-se, não a reduzir-se.

Ninguém estava preparado para essa transformação radical. Ninguém sabe o que fazer. É possível que estejamos diante de uma nova fase da política. Para compreendê-la, é necessária uma revisão das guerras civis do passado. A Alemanha talvez não tenha jamais se recuperado da mais longa e pesada guerra por que passou. A guerra dos Trinta Anos, que custou a vida de dois terços de sua população, foi urdida e conduzida pelos poderes de Estado. O mesmo vale para as grandes guerras civis da modernidade: a luta entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos, dos Brancos e Vermelhos na Rússia, e da Falange espanhola e Repu-

blicanos. Em todos esses casos havia exércitos organizados e frentes de combate; de seus quartéis-generais, as instâncias centrais de comando buscavam conduzir suas tropas rigorosamente à execução ordenada de suas intenções estratégicas. Paralelamente ao comando militar existia o poder político, voltado a objetivos definidos com nitidez e habilitado a atuar como parte negociadora.

Mas enquanto a guerra de Estado clássica tende à monopolização do poder, fortalecendo o aparelho de Estado acima de todos os níveis, na guerra civil existe a ameaça permanente do colapso da disciplina e da desagregação das milícias em bandos armados que operam segundo os próprios desígnios.

Warlords individuais proclamam a própria independência; governo e quartel-general perdem respectivamente o controle político e militar sobre as turbas beligerantes. Ao contrário, a maneira como decorreram as guerras nos EUA, México, China e Rússia mostra que ambas as partes mantinham-se em condições de negociar, vencer ou capitular; tais guerras acabavam por consolidar um novo regime, um poder de Estado central que passava a controlar o território pelo qual se havia lutado. É uma questão em aberto se as atuais guerras civis admitem essa perspectiva.

Na era do imperialismo não houve um conflito sequer que não tivesse alcançado imediatamente uma dimensão internacional. A chamada *Realpolitik* providenciava para que cada guerra civil fosse insuflada e instrumentada por forças externas. As partes conflitantes serviam como figuras de um jogo mais abrangente. Para as grandes potências tratava-se da expansão de seu campo de influência e de seus impérios coloniais. Basta lembrar os múltiplos ataques americanos e europeus na China, as intervenções que se seguiram ao Golpe de Outubro dos bolcheviques ou a Guerra Civil Espanhola, que não sem razão foi interpretada

como ensaio geral para a Segunda Guerra Mundial. As superpotências insistiram nessa lógica ainda nos anos 70. Elas mantinham guerras por meio de agentes substitutos e intro-metiam-se em todo conflito que pudesse trazer-lhes as vantagens de um jogo sem vencedores. Empenhavam-se para que tais conflitos atingissem quase o limiar de uma Terceira Guerra Mundial.

Com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética essa forma de política exterior perdeu o sentido. Não apenas em Moscou e Beijing, mas também em Washington, comentava-se que a ajuda fraterna trazia mais prejuízos do que benefícios. Os vencedores econômicos das últimas décadas foram as nações que não participaram desse jogo. A antiga *Realpolitik* encontra-se entre as ruínas de um pensamento imperial que pertence ao século XIX e com o qual nada mais poderá ser ganho no mercado mundial.

A guerra, o meio mais simples de enriquecimento no passado, passou a ser um mau negócio. O capitalismo reconheceu que o massacre organizado oficialmente não gera lucro bastante. Obviamente, o entusiasmo pela política de paz manifestado pelos governos dos países industrializados não se deve a uma súbita conversão moral, mas a uma estratégia formulada com frieza. O capital como instrumento de paz passa a ser uma visão insólita. Sem dúvida, alguns ainda esperam da guerra prósperos índices de crescimento econômico. Mas a exportação de armamentos movimenta apenas 0,006% de todo o mercado mundial. O comércio de armas decaiu para a condição de fonte secundária de receita, que ainda pode ser submetida a certas limitações. Países assolados pela guerra civil deixam de apresentar, com o tempo, crescimento econômico. Eles são punidos com a suspensão de investimentos. As missões de paz das Nações Unidas são a expressão política desse reconhecimento tardio. As guerras civis atuais surgem esponta-

neamente, de dentro para fora. Não necessitam mais da participação das potências externas para assumir maiores proporções. Até há pouco, elas ainda continham o germe da luta pela libertação nacional ou do levante revolucionário. Apenas com o término da Guerra Fria passaram a mostrar sua verdadeira face.

A guerra civil do Afeganistão é um exemplo disso. Enquanto o país era ocupado pelas tropas soviéticas, o conflito podia ser interpretado segundo o modelo mundial da divisão em dois blocos. A guerra foi instrumentada pelas duas partes: Moscou apoiava seu lugar-tenente e Washington dava sustentação aos moudshahedin anticomunistas. Parecia tratar-se de libertação nacional, de resistência contra o estrangeiro, o opressor, o incrédulo. Mas assim que os invasores se foram irrompeu a verdadeira guerra civil. Nada restou daquele verniz ideológico. A intromissão estrangeira, a integridade nacional, a verdadeira crença — tudo isso se revelou um mero pretexto. A guerra de todos contra todos tomou seu curso.

Processos semelhantes podem ser observados em todo o mundo: na África, na Índia, no Sudeste asiático, na América Latina. Nada restou da aparência heróica e sagrada de partisans, rebeldes e guerrilheiros. Outrora, guerrilha e antiguerrilha tornavam-se independentes, altamente armadas em termos ideológicos e contavam com a retaguarda de aliados estrangeiros. Restaram massas amorfas armadas. Todos esses autodenominados exércitos de libertação, frentes e movimentos populares degeneraram em bandos doentios dificilmente diferenciáveis de seus adversários. O confuso alfabeto com que se ornaram (FLNA OU ANLF, MPLA OU MNFL) não consegue esconder que existe um objetivo, um projeto, uma idéia que os unifica. A estratégia, pouco digna de tal denominação, é, de fato, o roubo, o assassinato e a pilhagem.

A GUERRA CIVIL MOLECULAR, A PERDA DE CONVICÇÃO

Lancemos um olhar sobre o mapa-múndi. Podemós localizar as guerras em regiões longínquas, principalmente no Terceiro Mundo. Falamos de subdesenvolvimento, anacronismo, fundamentalismo. Parece-nos que a incompreensível luta transcorre a grande distância. Mas isso é enganoso. Há muito que a guerra civil penetrou nas metrópoles. Suas metástases pertencem ao cotidiano das grandes cidades, não só de Lima e Johannesburg, de Bombaim e Rio de Janeiro, mas de Paris e Berlim, Detroit e Birmingham, Milão e Hamburgo. Dela não participam apenas terroristas e agentes secretos, mafiosos e *skinheads*, traficantes de drogas e esquadrões da morte, neonazistas e seguranças, mas também cidadãos discretos que à noite se transformam em *boogigans*, incendiários, dementes violentos e *serial killers*. Como nas guerras africanas, esses seres mutantes são cada vez mais jovens. Enganamo-nos em acreditar que vivemos em paz só porque podemos ir à padaria sem que sejamos atingidos pelos disparos de um franco-atirador.

A guerra civil não vem de fora; não é um vírus adquirido, mas um processo endógeno. É sempre desencadeada por uma minoria; provavelmente, basta que um cidadão em uma centena a deseje para tornar impossível a vida civilizada em coletividade. Ainda prevalece nos países industrializados uma grande maioria que prefere a paz. Nossas

guerras civis ainda não chegaram a comover as massas: elas são moleculares. Mas, como mostra o exemplo de Los Angeles, podem alastrar-se repentinamente.

Mas pode-se comparar o tchetnik ao dono de um brechó texano que, armado de uma pistola automática, sobe numa torre e dispara sobre a multidão? Pode-se comparar o líder de uma quadrilha na Libéria a um *skinhead* que destrói uma garrafa de cerveja na cabeça de um passivo aposentado, ou um membro dos *autônomos* de Berlim a um guerrilheiro das selvas do Cambodja? Ou, ainda, a máfia da Tchetchênia ao Sendero Luminoso? E, finalmente, pode-se comparar tudo isso à normalidade de uma cidadezinha da Alemanha, França ou Suécia? É o discurso sobre a guerra civil uma generalização vazia, um mero disseminador de pânico?

✓ Temo que, apesar das diferenças, haja um denominador comum a essas manifestações. O que nos chama a atenção em todas elas é o caráter autista dos criminosos, assim como sua incapacidade de distinguir entre destruição e autodestruição. Nas guerras civis do presente esvaiu-se a legitimidade. A violência libertou-se completamente de fundamentações ideológicas.

Comparados aos atuais, os combatentes do passado eram homens crédulos. Davam grande valor a matar ou morrer em nome de algum ideal; mantinham-se ligados "inflexivelmente", "ferreamente", "fanaticamente" etc. ao que se considerava outrora uma visão de mundo, ainda que fosse a mais abjeta. Com os olhos reluzentes, os partidários de Hitler e Stalin seguiam o evangelho de seus guias e, quando se tratava de seus ideais, nenhum crime lhes parecia demasiado grande.

Os guerrilheiros e terroristas dos anos 60 e 70 reconheciam, da mesma forma, a necessidade de se justificar. Utilizando panfletos e proclamações, catecismos pedantes ou

confissões formuladas burocraticamente, apresentavam as razões ideológicas de seus atos. Para os criminosos de hoje isso parece inócuo. O que chama a atenção neles é a total ausência de convicção.

Os guerrilheiros latino-americanos não se incomodam em chacinar os mesmos camponeses em cuja luta por libertação eles estariam supostamente engajados; conluíus com os barões da droga ou com agentes secretos não lhes parecem problemáticos, mas naturais. O terrorista irlandês utiliza-se de aposentados como bombas vivas e manda para os ares carrinhos de bebês. As vítimas preferidas dos combatentes das guerras civis são mulheres e crianças. Não é exclusividade de um tchetnik orgulhar-se do massacre dos ocupantes de um hospital: em todo o mundo ocorre o extermínio de indefesos. Quem não possui uma pistola é considerado um verme.

Os protagonistas são quase exclusivamente jovens. Seu comportamento mostra a força do processo de degradação do patriarcado. Entre suas tradições estavam as confrarias masculinas. Elas tinham a tarefa de canalizar mediante rituais de iniciação a concentração de energia própria à juventude, originada pelo excesso de testosterona, e sua sede de crime e sangue. Exigia-se do macho emergente provas de coragem e exhibições de força física. Um código de honra era mantido estritamente. A regra fundamental era de que o desafiante, fosse ele samurai ou mocinho de faroeste, bandido ou rebelde, se medisse com alguém forte e perigoso ou, no mínimo, em relação de igualdade. Essa concepção é desconhecida dos criminosos de hoje. Revela-se um novo tipo de masculinidade. Poder-se-ia chamar sua honra de covardia, embora isso seja uma superestimação. A mera distinção entre coragem e covardia já lhes é incompreensível — um sinal de autismo e da perda de convicção.

Esses defeitos peculiares transparecem com maior nitidez onde ainda subsistem restos das antigas justificativas ideológicas. É o caso das guerras civis desencadeadas sob o nome de conflitos étnicos, sejam eles quais forem. Trata-se nesses casos de meros trapos do guarda-roupa de costumes da história, demonstrado já no *décor* de opereta preferido pelos novos detentores do poder. O discurso dos propagandistas é de segunda ou terceira mão. O lixo ideológico produzido, por exemplo, pela academia sérvia deveria simular convicções, mas mesmo uma visão fugaz da realidade mostra que as quadrilhas não necessitam desses pretextos.

✓ Talvez seja necessário lembrar que as lutas do século XIX que levaram à formação dos Estados nacionais não consistiam em brigas irracionais. Quem pensa apenas no repugnante patos chauvinista que lhes dava sustentação não se dá conta das conquistas construtivas do nacionalismo europeu cunhado no passado. Apesar de tudo, ele deu origem a constituições que aboliram as distinções de ordem física, emanciparam os judeus e introduziram o Estado de direito e o direito de voto generalizado. Inovações desse tipo são completamente estranhas à mentalidade dos membros de quadrilhas atuais. Os nacionalistas de longe interessam-se apenas pelo poder de destruição imanente às diferenças étnicas. O direito de autodeterminação do qual falam não passa do direito de determinar quem deve ou não sobreviver em determinado território; para eles trata-se do simples extermínio de vidas “sem valor”, e isso é tudo. Para os guerrilheiros de Angola, Somália ou Cambodja nada poderia ser mais indiferente do que a sorte de seus pretensos irmãos de tribo; eles não sentem nada ao arruiná-los, explodi-los ou submetê-los às maiores adversidades.

A substância ideológica do fundamentalismo islâmico é provavelmente muito mais pífia do que se acredita no Oci-

dente. Pode-se ouvir de qualquer muçulmano inteligente que ele nada tem a ver com a alta religião da história. Trata-se hoje de uma reação radical à pressão pela modernização, expressa na ultrajante caricatura de Saddam Hussein posando de muçulmano crédulo. Existem semelhanças na maioria dos regimes de Magreb e do Oriente Próximo. Eles combatem o Ocidente, apesar de sonhar intensamente com suas conquistas mais mortais: mísseis, bombas atômicas e fábricas de gás tóxico. As diversas seitas, facções e milícias fundamentalistas ambicionam sobretudo o poder de exercer a opressão sobre seus companheiros de credo. Também aqui o que se vê não tem relação com convicções verdadeiras, mas com cópias distorcidas de modelos passados.

A guerra civil molecular das metrópoles está igualmente esvaziada de fundamentos ideológicos. As guerras de quadrilhas nos guetos norte-americanos não se encaixam no esquema das históricas lutas de classe. O modelo de interpretação baseado na oposição entre brancos e negros tornou-se do mesmo modo insuficiente. As vítimas de assaltos, pilhagens e assassinatos são sobretudo os próprios negros. Em Los Angeles, o alvo da revolta não foram os bairros das requintadas vilas residenciais; os criminosos atearam fogo principalmente às instalações de sua própria *community*, entre as quais a mais antiga livraria norte-americana, então de posse dos negros, e o escritório do político local mais atuante. Na luta de gangues atiram por toda parte perdedores contra perdedores.

Passemos agora aos nossos próprios participantes da guerra molecular, chamados de radicais de direita ou neonazistas. Com tais títulos, acredita-se saber o que se pode esperar deles. Mas também aqui a ideologia é uma máscara. O assassino juvenil que sai à caça de indefesos, quando se indagam seus motivos, fornece as seguintes declarações: "Não pensei em nada"; "Estava entediado"; "Não sei por

quê (!), mas os estrangeiros me davam uma sensação desagradável". Isso basta. Ele não sabe nada sobre o nazismo. A história não lhe interessa. A suástica e a saudação a Hitler são requisitos acessórios. A forma de vestir-se, sua música e seus vídeos são quase exclusivamente americanos. A bandeira de guerra do *Reich* é empunhada usando-se jeans e camiseta. Chamando-se a si próprio de *skinhead*, o delinquente utiliza-se orgulhosamente de uma expressão inglesa. A animação dentro do movimento está a cargo de *bands*, *compactdiscs* e *fanzines*. "*Deutschtum*" [Germanidade] não passa de um slogan sem qualquer conteúdo, para ocupar apenas espaços vazios do cérebro do usuário. Esse tipo de criminoso dedica-se a esbofetear turcos e vietnamitas, mas também aleijados, mendigos, débeis mentais, anciãs e escolares, ou mesmo, se não lhe faltasse coragem, alemães ocidentais ou orientais, conforme a posição geográfica do lugar onde vai levando sua vida ruidosa. A escolha entre germanidade e motocicleta, pátria e discoteca não lhe causaria constrangimento. Já que seu futuro não possui valor algum, não é de admirar que ele não dê a mínima para as coisas de seu próprio país.

O mesmo se aplica ao radicalismo de direita em sua configuração política. Que o cântico da alegria sobre a falência do comunismo não permita que se incorra no erro de pensar que o projeto da direita tenha se extinguido há pouco. Basta que um partido radical de direita chegue às proximidades do poder para que se caracterize o vazio de suas concepções políticas. O que se apresenta aí como programa é um fantasma, cuja evanescência revela-se ante os mais simples fatos econômicos. A totalidade dos países industrializados está altamente integrada em um mercado mundial e é dependente dele por completo. Autarquia de cunho nacionalista, homogeneidade racial ou étnica, assim como a adoção de rumos políticos isolados conduziram

populações à fome. Internacionalismo de direita é um contra-senso. Por isso, o que se denomina a “nova direita” não é capaz de formular sequer uma política coerente para a Europa. “A Alemanha para os alemães”, esse lema não é apenas uma barbárie tendenciosa. Quem o leva a sério teria que desapropriar grandes empresas estrangeiras e fechar o aeroporto de Frankfurt. Obviamente, nem mesmo os propagandistas da direita acreditam no próprio blefe. O desaparecimento total de sua velha “visão de mundo” deixou para trás apenas a ânsia da agressão vazia.

ABNEGAÇÃO E AUTODESTRUIÇÃO

O autismo dos combatentes não é a única particularidade que chama a atenção em todas as guerras civis moleculares e regionais. Uma segunda característica é sua abnegação. Com isso, essa palavra adquire um significado completamente novo. Em um livro imprescindível de 1951, pode-se ler o seguinte a esse respeito:

Provavelmente, jamais faltou ódio ao mundo; no entanto, ele [então] evoluiu ao ponto de tornar-se um fator político decisivo em todos os assuntos públicos... O ódio não pôde concentrar-se realmente em nada e não encontrou ninguém que pudesse justificá-lo, fosse o governo, a burguesia ou as respectivas forças estrangeiras. Desta forma, penetrou em cada poro da vida cotidiana e pôde disseminar-se em todas as direções e assumir as formas mais fantásticas e imprevisíveis... Cada um passou a ser contra cada um e, sobretudo, contra os vizinhos...

Mas o que distingue as massas modernas dos bandos [de tempos passados] é a abnegação e o desinteresse no próprio bem-estar... Abnegação interpretada não como uma qualidade positiva, mas como um sentimento segundo o qual não se é afetado pelos acontecimentos e pode-se ser substituído por outro a qualquer momento e em qualquer lugar... Esse fenômeno de uma radical perda de si mesmo, essa indiferença cínica ou enfatiada com que

as massas defrontavam-se com a própria destruição, era completamente inesperado... As pessoas começavam a sofrer de uma perda do senso comum normal, da capacidade de discernimento, assim como de um fracasso não menos radical do mais elementar instinto de autopreservação.

Hannah Arendt analisava o período entre as duas guerras mundiais. Ela descrevia a base popular que levou ao surgimento dos sistemas totalitários. A atualidade de sua análise é evidente. Contudo, diferentemente dos anos 30, os criminosos de hoje não necessitam de rituais, manifestações públicas, uniformes, programas, incitamento ou juramentos de fidelidade. Eles renunciam inclusive a um *Führer*. O ódio é suficiente. Se o terror naquele tempo era um monopólio dos regimes totalitários, hoje ele reaparece de forma independente do Estado. Gestapo e GPU tornam-se entidades supérfluas quando seus clones infantis fazem o trabalho com as próprias mãos.

Desta forma, qualquer trem de metrô pode tornar-se uma Bósnia em miniatura. Para um novo pogrom não se necessita mais de judeus e para uma nova purificação social dispensa-se a presença de indesejáveis contra-revolucionários. Basta que alguém torça para um outro time de futebol, que sua quitanda prospere mais que a do vizinho, que se vista melhor, que fale uma outra linguagem, que precise de uma cadeira de rodas ou que use um lenço na cabeça. A mínima diferença passa a significar um risco de vida. Todavia, a agressão não é dirigida somente ao outro, mas também à vida desprezível que se leva. Segundo as palavras de Hannah Arendt, é como se para os criminosos viver ou morrer, se tivessem nascido ou jamais tivessem vindo à luz, fosse a mesma coisa.

Por maior que seja a carga genética responsável pela

estupidez, ela não é suficiente para explicar o impulso para a autodestruição em forma de violência. O nexos existente entre causa e efeito é tão evidente que qualquer minoria pode entendê-lo.

As lamúrias sobre o aumento do desemprego são acompanhadas de pogroms que fazem parecer absurdo a qualquer capitalista dotado de razão investir onde ninguém pode estar certo da própria sobrevivência. O mais imbecil dos presidentes sérvios sabe tanto quanto o mais imbecil dos rambos que a guerra civil em que se envolveu pode transformar o país em um deserto econômico. A única conclusão possível é que a automutilação coletiva não é um subproduto inevitável, e sim o objetivo de fato.

Os combatentes sabem muito bem que a vitória é inalcançável e que só a derrota os espera. Fazem todo o possível para o recrudescimento de suas posições e almejam transformar não apenas o adversário, mas também a si mesmos, na mais pura podridão. Um assistente social francês informa da periferia de Paris: "Eles já quebraram tudo, as caixas de correio, as portas, as escadarias. Saquearam e demoliram o hospital em que seus pequenos irmãos e irmãs são tratados de graça. Eles ignoram qualquer regulamento. Arrasam simplesmente consultórios médicos e dentários e escolas. Basta que lhes construam um campo de futebol para que eles o destruam serrando as traves".

As imagens de guerras civis moleculares e macroscópicas igualam-se até nos detalhes. Uma testemunha relata o que viu em Mogadichu. Um jornalista estava presente à destruição de um hospital por um bando armado. Não se tratava de uma ação militar. Nada os ameaçava; não se ouviam tiros na cidade. O hospital já estava drasticamente danificado e equipado apenas com recursos de emergência. Os criminosos agiram com extrema minúcia. Os colchões foram rasgados, recipientes de sangue e medicamentos

quebrados; depois disso, a quadrilha, em seus disfarces rotos e sujos, ocupou-se dos equipamentos remanescentes, dando-se por satisfeita somente depois de inutilizar o único aparelho de raio X, o tubo de oxigênio e o esterilizador. Cada um desses zumbis sabia que não havia previsão para o término do conflito; todos sabiam que já no dia seguinte suas vidas poderiam depender dos remendos de um médico. O que os interessava era aniquilar qualquer perspectiva de sobrevivência. A isso poder-se-ia chamar de *reductio ad insanitatem*. No estado de demência coletiva, ao mesmo tempo assassina e suicida, desaparece a categoria do futuro. Persiste apenas o tempo presente. Conseqüências deixam de existir. Neutraliza-se a atividade reguladora do instinto de preservação da vida.

Isso nos remete à especulação de Freud, que no fim não via outra saída senão postular um instinto de morte que visasse primariamente a aniquilação da própria vida e, secundariamente, da vida de um estranho — uma hipótese jamais demonstrada empiricamente e que permanece nebulosa. Mas já o conceito de instinto de preservação é problemático, para não se dizer ingênuo. É possível que ele explique o comportamento de plantas e bactérias, mas fracassa na observação de seres mais complexos. Ele não acrescenta nada ao estudo da história. Afinal, milhões de pessoas morreram como mártires e santos, heróis e fanáticos, sem atender ao princípio da autopreservação. Pensadores pessimistas como De Maistre reconheceram o significado central do sacrifício e transformaram a repressão em virtude. Pode ser que todas as religiões tenham origem no sacrifício humano e, mesmo depois da supressão da concepção de Deus, jamais tenham faltado ao homem objetivos relevantes pelos quais se deva matar ou morrer. Pode-se perguntar até se isso que se denomina cultura seria possível sem a capacidade de entrega da própria vida.

Certamente, ainda hoje existem homens que atuam com abnegação, tomando-se esta palavra em seu sentido antigo: voluntários dispostos a enfrentar qualquer risco pessoal, opositoristas que, como Jan Palach e os anônimos monges budistas da Indochina, defendem suas convicções até o ponto de atear fogo a si mesmos, mas também sacerdotes sectários e fanáticos confusos, que vislumbram um além paradisíaco, alcançável mediante a extinção de suas vidas.

Mas não são esses poucos que escrevem a história na guerra, e sim os muitos aos quais nada restou que justificasse o sacrifício realizado. O que confere à guerra civil de hoje uma qualidade nova e sinistra é que ela se dá sem que haja qualquer necessidade de mobilização; isto é, que nela não se trata *absolutamente de nada*. Com isso, ela se torna um retrovírus da política, desde que vejamos na política não apenas uma discussão sobre interesses de poder e recursos materiais, mas também sobre perspectivas para o futuro e, portanto, sobre a realização de ambições, projetos e ideais. Embora esse intrincado jogo de interesses tenha transcorrido no passado sempre de forma imprevisível e raramente sem derramamento de sangue, as intenções dos participantes permaneciam mais ou menos calculáveis. Ao contrário, onde não se atribui valor algum à própria vida, ou à de outros, isso já não é mais possível. Com isso, neutraliza-se qualquer pensamento político, de Aristóteles a Maquiavel, de Marx a Weber. Em um mundo entrecortado por bombas errantes resta apenas uma utopia negativa — do mito primevo de Hobbes da luta de todos contra todos.

*BECOS E LABIRINTOS
DE INTERPRETAÇÃO*

Diante do incompreensível, é irresistível a tentação de buscar explicações simples. Ninguém se surpreende de que políticos e editorialistas dêem preferência às mais fracas das interpretações disponíveis. Eles seguem o esquema político-partidário tradicional. Quem se refere a seus próprios esforços pode abreviar o discurso.

Oradores conservadores evocam incansáveis um *ancien régime* imaginário pretensamente dominado pelos binômios tradição–decência, honestidade–ordem. Eles supõem que a origem da selvageria mundial localiza-se nos movimentos de emancipação dos últimos duzentos anos e na desintegração do poder das velhas autoridades. Prometem a salvação por meio do retorno às virtudes, cujas raízes estariam nas sociedades patriarcais estratificadas. Compreensivelmente, não esclarecem como e com quais meios políticos tais idéias possam ser implantadas em uma fase posterior à civilização industrial.

Por outro lado, na visão da social-democracia, Rouseau triunfou mais uma vez. Ela deixou de estatizar os meios de produção, mas instituiu a terapia social. A idéia de que o homem seja naturalmente bom encontra seu último reduto na assistência social. Estranhamente, motivos pastorais misturam-se a envelhecidas teorias da sociedade e a uma desnaturada versão da psicanálise. Em sua bondade

ilimitada, esses tutores isentam os confusos militantes de qualquer responsabilidade sobre suas atitudes. A culpa jamais recai sobre o criminoso, e sim sobre o meio em que vive: a família, a sociedade, o consumo, a mídia, os maus modelos. De certa maneira, a cada assassino estende-se um questionário de múltiplas alternativas, que ele pode preencher como melhor lhe aprouver:

Mamãe não me queria; tive professores demasiadamente autoritários/antiautoritários; papai chegava bêbado/nunca chegava em casa; o banco encerrou minha conta/ deu-me crédito demais; meus pais se separaram muito cedo/muito tarde; onde vivi havia muito/pouco tempo de lazer.

Por isso não me restou outra opção senão cometer um atentado/ um roubo/ um assassinato/ dar início a um incêndio.

(Assinale com um x a alternativa correta.)

Assim, o crime é abolido da face da terra. Já não existem mais criminosos, mas apenas casos clínicos. Höss e Mengele também seriam vistos como vítimas necessitadas de cuidados, a quem deveríamos um tratamento psiquiátrico adequado, devidamente financiado pelo sistema público de saúde. Questões morais advindas dessa lógica estariam exclusivamente a cargo dos terapeutas, já que apenas eles dispõem da compreensão sobre o drama de seus pacientes. E estes, tão alheios à possibilidade de contribuir sobretudo no que diz respeito a si mesmos, deixam de existir como pessoas e passam a ser apenas objeto de tutela do Estado.

Comparadas ao kitsch político desses lugares-comuns, tornam-se plausíveis mesmo as mais grosseiras teorias materialistas da crise. No mínimo, elas se baseiam em fatos econômicos e são, portanto, verificáveis. Apenas os idiotas se satisfazem com o argumento de que a análise marxista

teria perdido sua legitimidade por ter saído de moda. Não há dúvida de que, desde que deixou de ser uma visão do futuro e passou a ser uma realidade global, o mercado mundial vem produzindo mais perdedores do que ganhadores. E isso não se restringe apenas ao Segundo e Terceiro Mundos, mas se estende também aos países capitalistas centrais. Quando nos primeiros naufragam países e continentes inteiros no sistema internacional de trocas, aqui são atingidos contingentes crescentes da população que não conseguem acompanhar a acirrada disputa da qualificação profissional.

Imaginando-se um atlas que mostre a distribuição geográfica dessas massas “supérfluas” — isto é, por um lado as regiões subdesenvolvidas em suas diferentes gradações e, por outro, as zonas de subemprego nas metrópoles — e comparando-se os lugares que abrigam essas massas à localização das hordas de guerras civis, pode-se notar nitidamente uma correlação. Poder-se-ia concluir que violência coletiva é apenas uma reação dos perdedores à sua desesperançosa situação econômica.

No entanto, as conseqüências políticas profetizadas pelos teóricos marxistas não aconteceram. Neste sentido, suas teses mostraram-se falsas. A luta de classes não se realiza em âmbito internacional. Ambas as partes da célebre “contradição fundamental” evitaram ainda mais uma confrontação global. Os perdedores, muito distantes da idéia de se unirem, trabalham em sua autodestruição e o capital retira-se sempre que pode dos cenários de guerra.

Ainda que sem garantias de êxito, é necessário nesse contexto frear a crença renitente de que as relações de exploração se reduzem a um problema de distribuição, como se se tratasse da divisão justa ou injusta de um bolo de uma dimensão dada. Deixando-se de lado o fato de que esse clichê não se fundamenta na teoria marxista, essa concepção

é simplesmente falsa. Ela se revela de preferência em afirmações como: “Nós vivemos às custas do Terceiro Mundo”; nós, isto é, os países industrializados, somos tão ricos porque os exploramos. Quem afirma isso com tanta convicção mostra muita dificuldade em lidar com fatos concretos. Basta relevarmos um único indicador: a participação africana na exportação mundial é de 1,3%; a latino-americana, de 4,3%. Economistas que investigaram essa questão duvidam se a população dos países ricos notaria se os continentes mais pobres desaparecessem do mapa. Esse desequilíbrio catastrófico não pode ser alterado nem mesmo pelas crises de endividamento, pela oscilação de preços de matéria-prima, pela fuga de capitais e pelo protecionismo.

Teorias de que a pobreza se explica apenas por fatores externos são alimento barato não apenas à indignação moral. Elas possuem uma vantagem a mais: servem para o desencargo de consciência dos poderosos do mundo pobre e põem a responsabilidade da miséria exclusivamente sobre os ombros do Ocidente, que, aliás, foi há pouco rebatizado com o nome de “Norte”. Pode-se ouvir de africanos, que se deram conta desse truque, que pior do que ser explorado pelas multinacionais é não ser explorado por elas. Eles reconhecem o seu principal inimigo não mais nos centros do capitalismo, mas naqueles gângsteres políticos que há décadas arruinam sistematicamente seus países. Uma pessoa racional não pode acreditar que os grandes bancos teriam encenado a guerra civil de vinte anos no Tchad, que Idi Amim estaria a serviço da CIA e que os tigres tâmeis seriam meras marionetes do Pentágono. Apesar disso, na Europa mantém-se firme a opinião de que não existem criminosos de fato, mas apenas mentores à distância. No que tange à guerra civil da Iugoslávia, não se deveria, segundo esse raciocínio, prender dirigentes sérvios ou croatas, e sim alguns

secretários de Estado em Bonn, supostamente empenhados no renascimento do Grande Império Alemão.

Ilações insanas desta ordem desempenham um papel importante também no caso das guerras civis moleculares, com a diferença de que elas são aí dirigidas principalmente a estrangeiros, judeus, coreanos, latinos e ciganos — os responsáveis pela miséria, de acordo com a paranóia dos perdedores. Todas essas conspirações fantasiosas servem apenas para turvar a terrível verdade: tanto em Nova York como no Zaire, tanto nas metrópoles como nos países pobres, é cada vez maior o número de pessoas excluídas definitivamente da vida econômica. Já não vale mais a pena explorá-las.

Se isso é verdadeiro, uma pálida luz recai sobre as “teorias do anacronismo”. Tais teorias vêm todos os conflitos relevantes como crises de adequação. A modernização global é pensada como um processo linear irrefreável. Guerras civis, da mesma forma como outras manifestações repudiáveis, são definidas como contradições inerentes ao progresso. Subdesenvolvimento, fundamentalismo, conflitos tribais são considerados tão-somente como manifestações de atraso cultural. A versão vulgar desse ponto de vista atinge seu ápice na afirmação de que outras sociedades estariam vivendo “na mais obscura Idade Média”. Tradições étnicas fictícias, como o folclórico baile carnavalesco, são levadas a sério.

Essa concepção desenvolvimentista é fundamentalmente otimista. Superados os antigos e tradicionais modos de produção e mentalidades, nada mais obstruiria o caminho para um futuro feliz. As sociedades atrasadas precisariam seguir apenas a trilha de seus precursores progressistas para alcançá-los. Mas, infelizmente, esse modelo histórico-filosófico está, ele próprio, defasado. Pois o projeto de modernização fracassou; não se apresenta solução algu-

mento da igualdade formal e da liberdade, tendem a crescer as expectativas dos cidadãos. Quando tais expectativas não são satisfeitas, qualquer um pode sentir-se humilhado. O ansio de reconhecimento é insaciável. O noticiário não se cansa de difundir as mesmas histórias. No gueto, basta usar um tênis de uma determinada marca para se tornar vítima de um latrocínio, e um funcionário de escritório, cuja carreira como *pop star* não deu certo, vinga-se da humilhação assaltando um banco ou atirando às cegas na multidão.

Uma última explicação, a mais deprimente de todas, refere-se ao crescimento vertiginoso da população do planeta. Já em 1950, Hannah Arendt suspeitava que a levianidade com que os regimes totalitários puderam impor sua lógica assassina origina-se nesse rápido crescimento e no desterro das massas, as quais, vistas segundo o modelo de categorias utilitaristas, tornam-se, de fato, “supérfluas”. É como se o valor atribuído à própria vida e à dos outros diminuísse na proporção em que aumenta o número de habitantes da terra.

Não é fácil entender essa idéia. No entanto, não apenas a estatística do fluxo de refugiados e os índices populacionais e migratórios revelam como o planeta está se tornando escasso. Basta observar ao redor. O desemprego e a falta de moradia, a favelização das grandes cidades, os navios e alojamentos abarrotados demonstram a todo momento ao inconsciente que nós *nos excedemos* em termos numéricos. A reação cega a esse fato é um debater-se psicótico.

Essa tendência manifesta-se em toda parte. Mesmo pessoas aparentemente normais prontificam-se a eliminar os “seres superfúos”, aos quais eles próprios pertencem secretamente. Diferem apenas o alcance de suas atitudes e os meios à sua disposição. Enquanto o incendiário possui apenas uma garrafa com gasolina, já o poderoso pode oferecer

gás tóxico e mísseis. Os incitadores da guerra civil não viam apenas a chamada “purificação étnica”; em última instância, seus esforços são voltados ao completo despovoamento. O melhor recurso que lhes cabe depois de verem fracassar a carnificina total é a expulsão em massa, empregada contra o mundo exterior como uma arma demográfica. A pena imposta pela defesa dos restos de uma civilização é cumprida por terceiros, que vêm ao socorro das vítimas. Os líderes dos bandos consideram a população um lixo indesejável a ser eliminado.

Em digressões dessa ordem, não é fácil dizer onde termina a exegese e onde começa o desprezo pelo ser humano. A fronteira é ultrapassada quando se vê proclamada a idéia de que a humanidade obedeceria, sem saber, a um imperativo biológico segundo o qual a população mundial busca reduzir-se a um nível suportável pela biosfera. Não falta quem faça afirmações como essa. Há cientistas argumentando dessa forma, devidamente apoiados por automeados advogados da natureza. Curiosamente, a ilustração dessa tese fica quase sempre a cargo de um experimento lendário, no qual se obriga um número cada vez maior de ratos a viver em espaços cada vez menores. Segundo esta lógica, guerras civis e outras formas de automutilação não passam de mecanismos de sobrevivência da espécie ao preço de incontáveis vítimas.

Tais idéias expõem apenas a arrogância e a megalomania de seus autores. Muitos biólogos trabalharam nos sistemas totalitários desde seus primórdios. O desempenho dos especialistas em eugenia e dos experimentadores em medicina é inesquecível. As conseqüências puderam ser vistas nos campos de concentração. A comparação com ratos não é à toa. Mas, mesmo ignorando-se a vulnerabilidade moral da argumentação da biologia, há em seus fundamentos um defeito intelectual.

Quem argumenta dessa forma tem a pretensão de observar a humanidade de fora — uma perspectiva destituída de sentido já a partir de suas implicações epistemológicas. Não é possível entender de que forma um observador humano poderia colocar-se no lugar de um vírus ou uma galáxia. Dessa maneira não se pode chegar a uma visão mais objetiva sobre o comportamento humano. Este truque não pode tomar como base principalmente o pensamento de Hannah Arendt. A biologia não colabora em nada para o conhecimento da guerra civil.

INDÍCIOS E AUTO-EXPERIMENTAÇÃO

No começo não há sangue, os indícios são irrisórios. A **guerra** civil molecular inicia-se discretamente, sem que haja uma mobilização geral. Pouco a pouco, multiplica-se o lixo nas ruas. No parque, amontoam-se seringas e garrafas de cerveja quebradas. Nas paredes surgem pichações monótonas, cuja única mensagem é o autismo: elas exorcizam o eu que já não mais existe. Na sala de aula os móveis são destruídos, os jardins fedem a merda e urina. Trata-se de declarações de guerra mudas e diminutas, mas percebidas pelo experiente morador da cidade. Logo revela-se o anseio por um gueto mediante sinais eloqüentes. Pneus são furados, telefones de emergência inutilizados, automóveis incendiados. Nas ações espontâneas expressa-se a raiva das coisas em bom estado, o ódio por tudo o que funciona e que forma um amálgama indissolúvel com o ódio por si mesmo.

A atitude dos adolescentes antecipa a guerra civil. Isso não se deve apenas à concentração de energia física e emocional, mas também à perplexidade diante do legado com que se deparam, aos problemas insolúveis de uma riqueza infeliz. No entanto, o que leva os jovens à violência está latente também em seus pais: um rancor destrutivo, que apenas em casos agudos é canalizado para formas toleradas socialmente, como a obsessão por automóveis, comida e

trabalho, alcoolismo, avareza, agressividade, racismo e violência na família.

É difícil precisar o foco do perigo nessa profusão de agressões. A percepção oscila a todo instante como em uma ilusão de ótica. Um cidadão que não tem carro narra sua história:

Quando tomo o trem urbano, tarde da noite, acontece o seguinte: o vagão está quase vazio e mal-iluminado. Um senhor de idade dorme em um canto e um grupo de bêbados conversa na outra extremidade. As pessoas ao meu lado são provavelmente funcionários que fizeram hora extra. O trem pára e sobem quatro rapazes de cerca de vinte anos; as mesmas jaquetas de couro de sempre, as mesmas botas. Falam bastante alto em uma língua que eu não entendo, talvez árabe. A atitude é desafiadora. Eles se movimentam pelo vagão como se estivessem à procura de vítimas; se aproximam de mim, e imediatamente me sinto ameaçado. Olham-me fixamente. Parece que vão me assaltar. Então eles se vão e meu olhar recai sobre o rosto dos outros passageiros. Estão amargurados, rancorosos e são de uma peculiar feiúra distorcida. As frases que pronunciam me são bem conhecidas. Até o senhor que dormia desperta e murmura alguma coisa sobre enforçar e fuzilar. Aí não é mais dos estrangeiros que tenho medo, mas de meus próprios compatriotas.

Diz uma outra pessoa: o passeio escolar de minha filha é cancelado, porque existem três crianças turcas na classe dela; os pais proibem a ida de seus filhos, porque para eles o risco é muito grande. Isso é um indício de que existem lugares públicos *off limits*; não se pode mais frequentá-los sem que se sinta ameaçado. Isso não é novo. Há anos, o bairro de Kreuzberg em Berlim foi tomado por duzentas pessoas que se denominavam *autônomos*. Nesse contexto, a palavra *autônomo* significa o seguinte:

uma sociedade humana não existe para nós. O objetivo de calar o resto da população foi amplamente alcançado. Surgiu uma zona livre de direito dominada pela censura, pelo medo e pela chantagem. As instituições se omitiram; os restos da vida civil foram sendo pouco a pouco eliminados.

Zonas semelhantes existem também na Europa Oriental e na antiga Alemanha Oriental. Não deixa de ser uma ironia que as zonas militares de outrora voltaram a ser novamente setores especiais. Em alguns bairros prevalece a lei do mais forte. A polícia, que se sente inferiorizada, não ousa penetrar nesses lugares, tornando-se, veladamente, cúmplice. Pode-se falar aqui de regiões de libertação no sentido em que os criminosos conseguiram livrar-se do domínio da civilização e de seus fardos.

Essas circunstâncias levam a uma migração em duplo sentido: a ocupação por parte de gangues de delinquentes em trajes de direita radical e a fuga dos que se sentem ameaçados, no início estrangeiros e grupos alternativos, mas depois todos os que se recusam a submeter-se ao regime de terror. A perspectiva para esses territórios é a decadência. Da mesma forma como nos EUA, um fator essencial nesse processo é a desindustrialização. Diluem-se as condições medianas de vida. Surgem, de um lado, regiões protegidas com seus próprios serviços de segurança e, de outro, guetos e favelas. Nos bairros entregues aos delinquentes, tribunais e patrulhas policiais não têm mais o que fazer. A situação se torna incontrolável.

Um caso especial são as zonas de fronteira com regras próprias e turbulências. Contrabando, criminalidade e tráfico transformaram de modo radical os padrões de convivência. Colaboram para isso também os imigrantes ilegais, que na maioria das vezes foram socializados de forma completamente diversa e pouco sabem das formas habituais de comportamento social. Mas também entre os

nativos neutralizam-se rapidamente as normas da civilização. Em seu lugar aparecem as leis elementares da violência. Da mesma forma como Saddam Hussein ignora as regras do direito internacional, são extintas todas as obrigações entre os moradores, sejam elas normas escritas ou não. No final, conta apenas o revólver.

Aos ameaçados restam apenas duas estratégias: fugir ou defender-se. Uma minoria privilegiada busca caminhos próprios de fuga; muda-se para um "paraíso de férias" qualquer, entrincheira-se em uma segunda residência ou um retiro, funda comunidades rurais ou seitas apartadas do meio social. A fuga dos milhões que não possuem meios materiais assume a forma da busca de asilo social e da migração de miseráveis.

Quem não foge procura se proteger. Em nível mundial trabalha-se no fortalecimento de fronteiras contra os bárbaros. Mas no interior das metrópoles formam-se também arquipélagos de segurança rigorosamente guardados. Nas grandes cidades americanas, africanas e asiáticas já existem há tempos os *bunkers* dos felizardos, cercados por altos muros e arame farpado. Às vezes são bairros inteiros, nos quais se pode entrar apenas com permissões especiais. A passagem é controlada por barreiras, câmeras eletrônicas e cães treinados. Guardas armados de metralhadoras complementam de suas torres a segurança da região. O paralelo com os campos de concentração é evidente, com apenas a diferença de que aqui é o mundo exterior que é visto como zona potencial de extermínio. Os privilegiados pagam pelo luxo com o total isolamento: eles se tornaram presas de sua própria segurança.

À dinâmica da guerra civil pertence o momento de se armar. Onde o Estado não exerce mais o monopólio da violência, é necessário que cada um se ocupe da própria defe-

sa. Mesmo Hobbes, que concede ao Estado um poder quase ilimitado, sustenta o seguinte: “A obrigação dos subordinados em relação ao soberano dura apenas até o momento em que este, com base em seu poder, pode garantir-lhes proteção. Pois o direito natural dos homens de se defender não pode ser suspenso quando ninguém mais está em condições de garanti-lo”. Os motivos para a retração do Estado são diversos. No início, com freqüência, estão a covardia e o cálculo tático, como na República de Weimar e, recentemente, na Alemanha reunificada. Quando a guerra civil se achar em estado avançado, a polícia e a justiça não serão mais senhoras da situação; enquanto se estiverem encarcerando pessoas, as prisões repletas tornam-se campos de treinamento para combatentes. Em outros casos, como na União Soviética, o poder do Estado perde sua legitimidade. Mais um passo adiante e chega-se à situação da Iugoslávia, em que o próprio regime fomenta a formação de quadrilhas.

Quem possui os meios necessários, já em um estágio inicial sairá em busca de mercenários para substituir a polícia. Um sinal nítido dessa tendência é o crescimento da indústria de segurança. O guarda-costas passa a ser um símbolo de status. Firmas de segurança são contratadas até por órgãos oficiais para a defesa da infra-estrutura. Onde os guardas de aluguel são muito caros para os moradores, criam-se exércitos de cidadãos e *vigilante groups*. E onde isso não é possível, mais cedo ou mais tarde as pessoas comprarão revólveres; nesse sentido, os Estados Unidos são um modelo, pois lá o direito individual de posse de armas faz parte da ideologia nacional.

Guerras civis, sejam elas moleculares ou de grandes dimensões, são contagiosas. Enquanto decresce o número dos não-participantes em razão de morte, fuga ou mesmo por se alinharem a um ou outro grupo, os participantes são

cada vez mais semelhantes entre si. Seu comportamento passa por um processo de assimilação e adaptação, da mesma forma como suas concepções morais. Nas regiões beligerantes das cidades, polícia e exército atuam como se fossem mais uma quadrilha entre outras. Regimentos de combate ao terror praticam a pena de morte preventiva. Contra criminosos menos perigosos e viciados em drogas entram em ação os esquadrões da morte, que reproduzem a imagem de seus adversários. Ao lumpemproletariado equivale uma burguesia de mesma qualificação — uma *lumpenbourgeoisie* —, que copia o inimigo na escolha dos meios de atuação. De forma semelhante manifestam-se os combates na guerra. Agressão e defesa tornam-se forças indiferenciáveis. O mecanismo corresponde à vingança sanguínea. Um número crescente de pessoas são atraídas para o redemoinho de pânico e ódio, até chegar-se a um perfeito estado de associalidade.

“Não sabemos o que acontece conosco.” Essa é a frase mais freqüente que se escuta dos sobreviventes de Sarajevo. Quando todas as explicações fracassam, a auto-experimentação torna-se talvez uma das poucas possibilidades que restam de compreender a fundo a questão. Bill Buford, um escritor americano, empreendeu esse experimento. Na reportagem *Entre os vândalos*, ele narra como se transformou em membro de uma corja. A notícia trata da fase de latência da guerra civil, ambientada em um estádio de futebol.

Embora ainda não pudesse gabar-me de uma relação íntima com “eles”, eu notava que sentia pouco a pouco prazer com os acontecimentos... Hoje, tendo refletido melhor, não me parece muito diferente do hábito da bebida ou do cigarro: no início, repugnante; então, com algum esforço, saboroso; com o tempo transforma-se em um vício. No final chega a ser talvez um recurso autodestrutivo.

Na cena seguinte, a assimilação da violência atinge um ponto culminante: ✓

Eles eram seis e começaram a pisotear o garoto estirado no chão. O garoto protegia o rosto com as mãos. Para minha surpresa, me era possível reconhecer pelo som se um sapato errava seu alvo ou se atingia os dedos e não a testa ou o nariz da vítima. Fiquei paralisado. Refletindo hoje sobre aquela cena, imagino ter estado próximo o suficiente para pôr um fim àquele acontecimento... Mas não o fiz. Nem sequer pensei nisso. Foi como se o tempo tivesse ficado dramaticamente mais lento. O começo e o fim de cada segundo eram marcados com tanta nitidez quanto a seqüência de fotogramas em um filme; eu estava hipnotizado diante de cada uma das imagens que via... Com esse primeiro choque foi como se tivesse ultrapassado um tipo de limiar, uma linha imaginária de separação: de um lado prevalecia o senso do permitido, um pacto sobre o que se podia e o que não se podia fazer, mesmo naquela desordem; mas agora havíamos alcançado algum lugar onde não existiam limites, onde o senso de que havia coisas que não podiam ser feitas deixava de atuar... Era uma excitação grandiosa, um sentimento transcendente — no mínimo um sentimento de alegria ou, antes, algo semelhante ao êxtase. Desprendia-se uma energia contagiante; impossível não se emocionar pelo menos um pouco. A meu lado, alguém dizia estar feliz, muito feliz; não podia lembrar-se de ter sido mais feliz em toda a sua vida.

INOCÊNCIA TARDIA, CAMPOS MINADOS

O simples discurso sobre a guerra civil acaba por desembocar cedo ou tarde em um tipo de auto-experimentação. Nenhum osso é quebrado; no entanto, a discussão em si traz consigo traços essenciais de seu objeto. Não sou neutro. Estou contaminado. Sinto como estão arraigados em mim o rancor, o medo e o ódio. Estou profundamente envolvido com aquilo que estou dizendo. Meu cérebro transborda de substâncias químicas, produzindo mensagens sobre as quais nada sei. Corro o perigo de perder o controle sobre meus pensamentos.

É impossível manter um discurso linear sobre esse tema. Quem apenas tenta afirmar sua própria posição está estimulando o conflito. Não existe um ponto de Arquimedes. Penetrei em um campo minado moral e intelectual. Movimento-me com cautela. Sei que conseguirei, no máximo, orientar-me melhor, mas não ultrapassá-lo. Não concordo com ninguém, nem mesmo comigo. Já que nasci por acaso aqui, na Alemanha, vejo-me ainda, depois de cinquenta anos, agachado em um porão, envolto em uma manta. Posso distinguir até hoje os ganidos da defesa antiaérea dos uivos de bombas lançadas por aviões. Durante o sono assalta-me às vezes o glissando lento, crescente e decrescente, das sirenes de alerta, uma melodia repugnante. Lembro-me bem dos sobressaltos meio sufocados, meio apáticos causa-

dos pelos bombardeios. E os adultos, à espreita, acocorados nos bancos do porão e para quem os “ataques terroristas” destinavam-se aos Aliados, compunham a “inocente população civil”. Fico perturbado cada vez que escuto essa expressão.

Quando a guerra civil atinge seu ápice, verifica-se que a maioria não a queria. A maioria é muda. Ninguém presta atenção nela. Sempre que vê uma chance, ela dá as costas às lutas e desaparece. A maior parte das mulheres ocupa-se apenas em procurar nas ruínas um punhado de farinha, carvão, algumas batatas e em arrastar seus filhos para outro lugar. Velhos remexem os restos de cabanas incendiadas, homens fatigados sepultam os mortos. Todos conhecem cenas como essas ou ainda piores. Essas pessoas não atiram e não torturam. Seus rostos não estão marcados pelo ódio ao próximo. Estão pálidos de exaustão.

Mas isso não foi sempre assim. Uma estranha mudança ocorreu com a “inocente população civil” que se escondia no porão enquanto as bombas de fósforo transformavam a cidade em um mar de fogo. Eu vi como os olhos deles reluziam a cada discurso do *Führer*. Ele não ocultava ao povo suas verdadeiras intenções: um “gigantesco combate, jamais visto”, a luta definitiva até o último recurso. Pude ver também como a multidão se comportara quando, poucos anos antes, as sinagogas ardiam. Sem o seu consentimento entusiasta, os nazistas jamais teriam chegado ao poder.

Considero um idiota quem quer que acredite que isso se aplique apenas aos alemães. Sem aquela energia envolvente, aquele sentimento de “alegria”, o “êxtase” de que fala Bill Buford, não se consegue detonar seja a guerra civil molecular diante dos portões de nossas casas seja o inferno além de nossas fronteiras. No início reina sempre o júbilo histórico sobre as arquibancadas dos estádios ou nas ruas de Rostock e Brixton, Bagdá e Belgrado. Com frequência, os

incitadores de guerras legitimaram-se por meio do voto popular. Eles conquistaram maiorias triunfais e fortaleceram gradualmente suas posições sempre por meio das urnas.

Apenas mais tarde, muito mais tarde, o crime, de acordo com um modelo que me parece familiar, seria imputado a este ou àquele personagem, então com o corpo já completamente crivado de balas. Mas quem criou e alimentou os criminosos, quem rezou por eles e os aplaudiu, senão a “inocente população civil”? O combatente camuflado, o vigia do campo de concentração, o assassino com slogans nazistas, canções populares ou orações incitantes na ponta da língua: estes não são seres de outro planeta e sim mensageiros alimentados pelo rancor, pela crueldade e pela sede de vingança de toda uma coletividade. Apenas quando sentem no próprio corpo as conseqüências letais de suas atitudes e omissões, chega o momento da inocência.

*A CULTURA DO ÓDIO,
A MÍDIA EM TRANSE*

Sorte daquele que conseguiu iludir-se julgando que a cultura poderia criar uma sociedade imune à violência. Já antes do início do século xx, artistas, poetas e teóricos da modernidade demonstravam o contrário. É inegável sua preferência pelo crime, pelo satânico *outsider*, pela destruição da civilização. A *intelligentsia* do *fin de siècle*, de Paris a São Petersburgo, namorava o terror. Os primeiros expressionistas ansiavam pela guerra da mesma forma como os futuristas. Mesmo depois da Primeira Guerra Mundial continuava a crescer a glorificação da violência. Parte expressiva da cultura erudita exaltava o retorno à barbárie. Os escritos de Sade passaram a ser cultuados, e assim permanecem até hoje. Ernst Jünger propagava o poder purificador da tempestade de aço, Céline flertava com a turba anti-semita e André Breton preconizava que “a mais simples atitude surrealista” consistia em “andar pela rua com um revólver na mão e atirar na multidão às cegas, pelo máximo de tempo possível”. Questiona-se até que ponto a cultura da violência da vanguarda européia pode ser levada a sério. Suas provocações revelam não apenas o ódio profundo ao status quo, mas também a si mesma. Provavelmente, elas serviam de compensação à própria impotência e como meio de defesa contra o cerco da modernização, que ameaçava sabotar-lhe as pretensões de prestígio. Além disso, há que se ter em conta a tendência à pose, à artificialidade, tão cara a seus representantes. Finalmente, pode-se entendê-las como sinais

de advertência em cujo fascínio escondia-se uma premonição. Mas para o atributo de incitadores da guerra civil faltou àqueles artistas o poder da influência.

Contudo, esse mesmo poder foi exercido pela lúmpen-intelectualidade fascista e comunista, que delirava com a liquidação da burguesia, do campesinato, dos judeus, dos ciganos e de todos que fomentassem idéias divergentes das suas. Grande parte da *intelligentsia* iugoslava demonstrou que a produção do ódio e a preparação da guerra civil pertencem, ainda hoje, às mais relevantes tarefas dos agentes culturais.

Nos países mais importantes do mundo, o culto à violência e a *nostalgie de la boue* tornaram-se um bem comum por meio da industrialização e da massificação da cultura. O conceito de vanguarda assumiu com isso um significado infame, com o qual seus defensores não podiam sequer sonhar. Eles não acreditavam na possibilidade de ver suas fantasias elitistas imitadas e interpretadas ao pé da letra por lumpesinato artístico.

O massacre torna-se diversão de massa. Cinema e vídeo disputam a transformação de assassinos profissionais, seqüestradores e *serial killers* em sucessos de público. Os teatros oficiais pateiam desamparados, com suas encenações de merda e sangue, no vácuo deixado pelos filmes de horror. A representação seca da realidade, que “não poupa o espectador de nada”, é definida como uma “impiedosa confrontação”, como uma “provocação corajosa” e como um “choque redentor” — uma hipocrisia crítica exposta à contemplação pública passiva. Enquanto isso, o velho e querido rock, em sua eterna juventude, mantém-se firme com grupos cujos nomes são Public Enemy, Slayer, Kahlschlag [Zona Devastada], Endsieg [Vitria Final] e Brutal; um deles, com o nome de Guns N’ Roses, “debutou” com a venda de 15 milhões de exemplares do álbum *Appetite for destruction*.

No mercado de artes, o vandalismo vem atingindo altas cotações. A tautológica turma dos grafiteiros é conduzida sem demora para os museus e galerias. O desejo de chocar é exposto abertamente no mercado de artes. Naturalmente, trata-se de um prazer mediado, cuja excitação resulta da reconfortante distância da realidade. Seria ingênuo admitir o nexos entre causa e efeito onde se trata de pura intromissão interesseira do artista em um meio alheio ao seu.

Mesmo ocasionalmente ornados de emblemas, os criminosos há muito não dependem dos modelos de uma estética decaída. O transe gerado pela assimilação da mídia não é explicado por uma relação imitativa, mas pelo *feedback* direto estabelecido entre a imagem e a realidade. Inúmeros criminosos têm a sensação de não serem eles próprios participantes de suas ações. Parece-lhes que não são eles que surram outras pessoas até a morte, como se tudo não passasse de uma “cena de televisão”. As teorias da simulação terminam por obter uma confirmação absurda mediante a incapacidade dos criminosos de distinguir entre filme e realidade.

Em certo sentido, a mídia fortalece a pessoa que se tornou irreal e lhe fornece uma espécie de prova de existência. Isso é uma consequência daquela abnegação patológica diagnosticada por Hannah Arendt. Todo cidadão meio maluco pode alimentar a esperança de se ver estampado na primeira página do *New York Times* com uma garrafa de cerveja em uma das mãos, enquanto a outra está levantada para a saudação a Hitler. E nos noticiários de televisão ele pode maravilhar-se com sua obra do dia anterior: casas em chamas, cadáveres mutilados, audiências oficiais de emergência e reuniões de Estado para a discussão da crise. Assim atua a televisão: como uma pichação única e gigantesca, como uma prótese de compensação para a atrofia autística do eu.

TENDA DOS MILAGRES, COMPLEXO DE CULPA

Nunca se falou tanto em direitos humanos como hoje; mas também nunca foi tão grande o número daqueles que, na melhor das hipóteses, sabem algo a esse respeito apenas de ouvir falar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada sem voto contrário na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948, postula em um preâmbulo e trinta artigos um longo catálogo de direitos políticos e sociais. Entre eles estão o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa, o direito à liberdade de credo e pensamento, o direito à liberdade de expressão, à liberdade social e ao trabalho, assim como o direito a um padrão de vida que garanta saúde e bem-estar. Como se não bastasse, lê-se ainda: “Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional, na qual todos os direitos e liberdades relacionados acima possam ser realizados”.

Os países comunistas, a África do Sul e a Arábia Saudita se abstiveram de votar, o que, ainda assim, deve-se interpretar como um pequeno tributo à verdade. Todos os demais, inclusive aqueles nos quais perseguição e censura, tortura e repressão, estavam na ordem do dia, assinaram o documento sem hesitação. Até hoje conta-se na Assembléia Geral com uma maioria absoluta de ditaduras abertas e enrustidas; as democracias representam uma pequena minoria mas quase sempre são culpadas pela participação em

inúmeras guerras coloniais desde 1948 e por terem apoiado regimes terroristas em conveniência própria.

Quatro quintos da população mundial vivem em condições incompatíveis com a retórica da declaração; ano a ano, acrescentam-se a esse número quase 100 milhões de pessoas, cujas perspectivas são ainda piores que as de seus pais. Diante dessa situação, as orgulhosas formulações das Nações Unidas assumem uma aparência cínica. De forma semelhante, os súditos do Estado soviético poderiam sentir-se escarnecidos pela constituição stalinista de 1936, que garantia a cada um todos os direitos fundamentais possíveis.

Os europeus e os norte-americanos têm que responsabilizar-se a si mesmos quando são hoje interpretados literalmente; pois eles próprios alçaram os direitos humanos à condição de norma política pela primeira vez na Declaração de Independência americana em 1776 e depois, em Paris, no ano de 1789, na *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*. Pouco tempo depois, durante o período do Terror, em 1793, proclamou-se le *bonheur commun*, isto é, a felicidade geral, como uma meta de Estado. Com certeza, o clamor por justiça, a vontade de ajudar o próximo e de ser solidário não são mais escassos naquelas regiões do planeta que não produziram declarações sobre o bem e o desejável do que na Europa e na América do Norte. Os pobres países africanos acolheram mais refugiados de guerras civis do que a Comunidade Européia; movimentos pró-democracia existem em todos os continentes; mas, no que concerne à xenofobia e ao racismo, as sociedades ricas, do Japão à Califórnia, não são superadas por ninguém.

A retórica do universalismo é uma característica **específica do Ocidente**. Os postulados dele decorrentes valem para todos sem exceção e distinção. O universalismo não reconhece nenhuma diferença entre o que é próximo e o que é distante; ele é abstrato e incondicional. A idéia dos

direitos humanos impõe a todos um dever que é, em princípio, ilimitado. Nisso se revela um cerne teológico que sobreviveu a todos os processos de secularização. Todos devem responsabilizar-se por todos. Nessa pretensão está contido o dever de tornar-se semelhante a Deus; pois apenas ele atende ao pressuposto da onipresença ou mesmo da onipotência. Mas, uma vez que nossas ações são finitas, o abismo entre intenção e realidade expande-se cada vez mais. Logo penetra-se no campo da hipocrisia objetiva, quando o universalismo evidencia-se como uma armadilha moral.

É comum escutarmos acusações de culpa pelos massacres e atos de violência realizados em toda parte, pela fome, o desterro e a tortura de seres humanos. Estaríamos assistindo a tudo de braços cruzados, impassíveis, preocupados apenas com nossas atividades cotidianas... Sem dúvida, são acusações bastante persuasivas, dirigidas não apenas aos governos e às grandes potências, mas também àquela senhora no metrô e às pessoas simples em geral.

É indiscutível que todos nos tornamos espectadores. Essa condição nos diferencia das pessoas do passado que, quando não eram elas próprias vítimas, criminosos ou testemunhas, tomavam conhecimento dos acontecimentos por meio de boatos e lendas desta ou daquela coloração política. O que ocorria em qualquer outro lugar sabia-se apenas de ouvir falar. Mesmo até meados do século xx, a opinião pública sabia pouco ou nada a respeito dos maiores crimes da época. Hitler e Stalin fizeram de tudo para acobertá-los. O genocídio era tratado no *Reich* como segredo de Estado. Nos campos de extermínio não havia câmeras de televisão.

Hoje, ao contrário, os assassinos prestam-se com satisfação a dar entrevistas e a mídia se orgulha de estar presente à hora e ao local do crime. A guerra civil torna-se uma sé-

rie de televisão. Os combatentes expõem seus crimes para a opinião pública, esperando com isso incrementar seu prestígio. Eles imitam os gângsteres e seqüestradores de aviões e de pessoas, em cujas exigências inclui-se regularmente a presença de câmeras de televisão; a mídia providencia para que lhes seja garantido o reconhecimento almejado. Os repórteres reiteram que estão apenas cumprindo o dever; eles dizem que nos apresentam os fatos em sua simplicidade, os quais são seguidos da necessária manifestação de indignação do comentarista.

Mas é inevitável que se misture à acusação uma mensagem adicional e subliminar. Esta diz que o terror é a norma e que o impensável pode ser realizado a qualquer momento e em qualquer lugar. E, portanto, por que não aqui também? Todo policial conhece a figura do criminoso imitativo, hoje um fato político. Nesse sentido, a mídia, intencionalmente ou não, acaba promovendo o crime que noticia.

Se as imagens do terror não nos transformam em terroristas, transformam-nos em voyeurs. Assim, cada um de nós se vê submetido a uma chantagem permanente. Pois apenas aquele que testemunha pode ser questionado sobre o que faria contra o que lhe está sendo exposto. Assim, a mais corrupta das mídias, a televisão, eleva-se à condição de autoridade moral.

A exigência absurda de fazer alguma coisa (mas o quê?) e de agir (como?) dirigida a todos traz, veladamente, uma série de conseqüências. Essa exigência dirige-se àquele “nós” aclamador dos direitos humanos e que instaurou a consciência pesada. Este “nós” refere-se ao Ocidente, isto é, àquela região do mundo considerada rica e que ainda se define como civilizada. A moralidade é o último refúgio do eurocentrismo.

Quem já procurou discutir com um tâmil ou um curdo os problemas da Irlanda do Norte ou do País Basco sabe

que provocará uma reação de perplexidade. A réplica com a qual se deve contar é a seguinte: o que me importam as suas histórias? E, na melhor das intenções, o asiático lhe assegurará que tem outras preocupações. Recomenda-se cautela antes de negar-lhe o direito a essa posição. Pois, da mesma forma, o cidadão que mora em Ohio, no Piemonte e em Hessen se sentirá desanimado perante a sobrecarga dos incompreensíveis tiroteios que desfilam pelas telas de televisão. Já a mera quantidade de informações com as quais ele é bombardeado opõe-se a qualquer possibilidade de elaboração mental consistente. Apenas os especialistas, que não têm outra coisa a fazer, podem se dar conta das 150 nacionalidades liberadas com a derrocada da União Soviética.

A despeito disso, o noticiário das oito exige daquela vendedora do supermercado que diferencie entre inguches e tchetchenos, entre georgianos e adjarianos. Nagorno-Karabakh permanece há anos na ordem do dia, e nós somos obrigados a fazer uma imagem daquela região com base em cadáveres mutilados. Devemos guardar os nomes de gângsteres, que nem sequer pronunciamos corretamente, e devemos nos preocupar também com seitas muçulmanas, milícias africanas e grupos paramilitares cambodjanos cuja motivação política nos será sempre obscura. Quem não for capaz disso é tachado de ignorante, insensível e um subproduto egoísta da sociedade do bem-estar, para quem o sofrimento alheio é indiferente.

Os receptores dessas mensagens estão inseguros. Alguns deles são tomados por sentimentos de culpa. Mas sua possibilidade de ajudar é muito limitada, a não ser que se dediquem profissionalmente à assistência social. Muitos colaboram financeiramente e são acusados de comprar apenas um alibi moral. Caridade não passaria de um paliativo, uma manobra barata para livrar-se da má consciência. No

entanto, os pregadores da virtude não revelam jamais o que se deveria fazer.

É, no melhor dos casos, ingênua a pedagogia que acredita sensibilizar seu rebanho apenas aumentando-lhe a dose do remédio. Isso surtiria o efeito contrário, imunizando o paciente contra a estimulação da consciência; a sobrecarga psíquica e cognitiva acaba provocando o efeito contrário. O espectador sente-se incompetente e impotente. Ele se fecha em uma redoma e se desliga. As mensagens recebidas passam a ser repelidas ou simplesmente negadas. Essa forma de defesa interior não é apenas compreensível; ela é também inevitável. Ninguém saberia dizer como se deve reagir corretamente à diária carnificina em massa.

Mas isso ainda não é tudo. O conceito de “reação paradoxal” é conhecido da farmacologia: uma substância dosada ou aplicada erroneamente pode produzir o efeito contrário ao esperado. Da mesma forma, exigências morais que excedam as possibilidades de ação conduzem os indivíduos à passividade ou à pura negação de sua responsabilidade. Aí se localiza o germe do processo de brutalização que pode evoluir para a agressividade furiosa.

*PEDIDOS DE SOCORRO,
FORMAS DE TUTELA*

Não apenas os indivíduos em geral estão sobrecarregados, mas também os sistemas políticos vigentes. Até o momento não existe um mecanismo capaz de evitar o surgimento contínuo de guerras civis. A forma clássica de política exterior, os organismos internacionais, para não mencionar a Comunidade Européia, não estão em condições de criá-lo. As autoridades são acusadas com a mesma intensidade de não atuarem sempre que necessário. Os boinas azuis estão estacionados hoje em mais de quinze países. O custo político dessas operações é astronômico, as prerrogativas são contraditórias e de êxito duvidoso. Enquanto as causas dos conflitos forem racionalmente tangíveis, as missões de paz não terão sucesso.

A mediação pressupõe que cada uma das partes tenha a vontade e a capacidade de estabelecer acordos de paz. No entanto, prevalece habitualmente o desejo de prosseguir com a guerra até a autodestruição. O espírito apaziguador que deseja atirar-se nos braços dos conflitantes precisa estar consciente de que se colocará sob a mira dos bandos guerreiros indistintamente. Organizações de auxílio são permanentemente ameaçadas; comboios para o fornecimento de meios de sobrevivência são assaltados e saqueados; mediadores são colocados sob suspeita e extorquidos; voluntários são tomados como reféns, negociações

sabotadas; tropas de paz servem de alvo em pesados tiros. Os governos que as despacham para as regiões ameaçadas privam-lhes do direito de autodefesa; imagine-se então se lhes será possível um dia impor seus objetivos militarmente.

Sanções e embargos são insinuados, mas jamais deliberados de fato. Nunca se realizou um bloqueio efetivo, garantido pela atuação de forças armadas, embora esse recurso pudesse ser extremamente eficaz. Qualquer guerra civil desapareceria dentro de meses, caso fossem obstruídas suas ligações com o mundo exterior, caso bloqueassem o fornecimento de energia e munição, os caminhos de comunicação, os meios de transferência de dinheiro, de transporte e de alimentação. Mas precisamente a eficácia dessa receita impede sua aplicação. Pois já nos acanhados passos iniciais vê-se a coalizão interventora sentada no banco dos réus, acusada de causar danos inexoráveis à "inocente população civil" por meio do isolamento dos grupos beligerantes.

A conseqüência desse dilema é a crescente perda de credibilidade e autoridade daqueles que participam de tais intervenções. Não obstante, cada mobilização traz consigo a necessidade de novas mobilizações. Por que se realizam operações no país X, enquanto o país Y fica abandonado a sua própria sorte? As partes prejudicadas em guerras civis não entendem por que o mundo exterior não demonstra vontade de apressar-se em ir a seu auxílio. Quando a ajuda necessária não vem, a esperança torna-se decepção, a expectativa torna-se indignação, rancor e sentimento de vingança. Para isso já existem exemplos das primeiras décadas do século, como o *Diário de São Petersburgo*, escrito em 1919:

Querem nos matar, querem arrasar a Rússia, esses europeus ignorantes, insensatos... O comportamento crimino-

so, absurdo da *entente* segue seu curso... Todos nós que vivemos na Rússia gostaríamos tanto de ver a Inglaterra sentir no próprio corpo o que ela nos faz... Jamais ocorreu uma coisa assim em toda a história mundial. Todas as analogias são inúteis. Uma cidade gigantesca tornou-se suicida. E isso diante dos olhos da Europa, que não mexe um dedo sequer em nosso favor e que, afundada em tanto sangue, tornou-se idiota ou satânica... Essa é a formulação exata: se em um país da Europa, no século xx, pode existir uma escravidão tão grande e a Europa a ignora, ou a aceita, então a Europa precisa ser arruinada. E isso acontecerá.

As acusações de culpa crescem na mesma proporção em que se multiplicam as guerras civis. Quem se recusa a agir militarmente é acusado de discriminação e barbárie. Com isso, até o discurso anticolonialista perde cada vez mais em consistência. De um lado, ele sacraliza os conceitos de soberania, independência e não-intervenção; de outro, confere-se às potências do Ocidente uma competência universal, revertendo-se o papel de verdadeiro culpado para o de salvador em potencial e vice-versa. Isso chega ao ponto de já se estarem manifestando anseios por uma reconstrução na forma de mandatos.

Esse é o caso extremo de uma projeção que oferece aos protagonistas das guerras civis uma confortável cobertura. Jamais os criminosos locais e a massa de seus correligionários devem ser culpados dos conflitos. De preferência, encontram-se outros criminosos estabelecidos no exterior. Parece não incomodar a ninguém que, com isso, declara-se a menoridade de populações de regiões inteiras do planeta. Tratam-nas como bonecas, incapacitadas para ações próprias, colocando-as sempre na condição de objeto e nunca na de sujeito. Isso vai ao encontro dos sentimentos de superioridade dos senhores coloniais de outrora, que tratavam

os dominados como crianças: não se deve deixá-los ter acesso a objetos perigosos; eles precisam de um tutor. A função de vigilância recairia sempre sobre o Ocidente, que passaria então a responder pelas conseqüências, independentemente do que se faz ou se deixa de fazer.

Na confusão dos conceitos sobre os tipos de intervenção corre-se o risco de ignorar uma distinção da ordem do direito internacional que diz respeito a guerras de invasão territorial de um lado, e, de outro, conflitos internos. Essa doutrina, que pode estar baseada em bons fundamentos, levou recentemente a conseqüências práticas na medida em que o Iraque invadiu em primeiro lugar um Estado vizinho mais fraco e depois passou a lançar mísseis sobre Israel, um país distante e completamente à parte do conflito.

A coalizão contra Hitler jamais teria ocorrido caso ele se contentasse em matar cidadãos de seu próprio país. Da mesma forma, ninguém teria enfrentado Stalin enquanto ele aterrorizasse somente a população soviética. A Guerra Fria surgiu apenas quando ele se empenhou em levar o terror para além de suas fronteiras.

A ética universalista não consegue mover-se no campo de diferenciações elementares como essa. Ela reivindica a participação militar ilimitada, a qualquer momento e em qualquer lugar. Mas essa dívida não será quitada jamais. Há muito tempo ultrapassou-se o limite daquilo que os governos dos poderes intervencionistas em potencial são capazes de explicar politicamente à sua própria população. A guerra na Iugoslávia mostrou que os europeus não têm nem vontade nem capacidade de impor a paz. Mesmo os EUA, uma superpotência mundial, estão sobrecarregados com o papel de policiais do universo. O sentimento de culpa, o dinheiro e os enormes contingentes de soldados são ainda insuficientes para extinguir as guerras civis do mundo.